

20
23



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Governança Corporativa da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A, referente ao exercício social de 2023.

| IDENTIFICAÇÃO GERAL | |
|--|--|
| CNPJ: | 01.256.678/0001-00 |
| NIRE: | 2330001993-8 |
| Sede: | São Gonçalo do Amarante/Ceará |
| Acionista controlador: | Estado do Ceará |
| Tipo de estatal: | Sociedade de Economia Mista |
| Tipo societário: | Sociedade Anônima |
| Tipo de capital: | Fechado |
| Abrangência de atuação: | Território nacional e no exterior |
| Setor de atuação: | Serviços |
| Objeto social: | Operador portuário |
| Vice-Presidente Financeiro: | Rebeca do Carmo Oliveira Fone: (85) 3372-1500 E-mail: rebeca.oliveira@complexodopecem.com.br |
| Auditores Independentes atuais da empresa: | BDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S: André Custódio Nogueira, CPF: 880.740.218-15 |
| Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas: | José Sérgio Fontenele de Azevedo – Presidente Felipe Barros Leal Rocha Cristiano Marcelo Peres Francisco Quintino Vieira Neto Teije George Smittenaar René Adriaan Bernard Van Der Plas |
| Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa: | Presidente: Hugo Santana de Figueirêdo Junior Vice-Presidente Financeiro: Rebeca do Carmo Oliveira Vice- Presidente de Operações: Fábio Xavier Grandchamp Diretor Executivo Financeiro: Muhammad Shoaib Naqshbandi Diretor Executivo de Operações: Waldir Frota Sampaio (até 12/04/2023) Diretor Executivo de Operações: Roberto Benevides de Castro (a partir de 13/04/2023) Diretora Executiva Comercial: Duna Gondim Uribe (até 15/05/2023) Diretor Executivo Comercial: André Marcelo Gomes Magalhães (a partir de 16/05/2023) Diretor Executivo de Engenharia: Fábio Abreu Freitas de Souza Diretor Executivo Jurídico: Juvêncio Viana Vasconcelos (a partir de 02/02/2023) |
| Data de divulgação: | Abril de 2024 |

Quadro 01 - Identificação Geral da CIPP S/A

I – GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/2016, em seu art.8º, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução dos objetivos de políticas públicas por empresas públicas e sociedades de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com a definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas as atividades desenvolvidas, estruturas de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações são detalhadas no presente documento.

1. Composição Acionária:

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

| | Ações ON | Total | % Participação |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Estado do Ceará | 123.848.859 | 123.848.859 | 70,00 |
| Port of Pecém Participações BV | 53.078.083 | 53.078.083 | 30,00 |
| Totais | 176.926.942 | 176.926.942 | 100,00 |

Tabela 01 - Composição Acionária CIPP S/A

2. Subvenções governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Nesse contexto, a Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

3. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A atividade da CIPP S/A teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A CIPP S/A está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade”, e ao eixo Ceará de Oportunidades, ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2020-2023.

O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP). A CIPP S/A tem como missão atrair negócios provendo infraestrutura, serviços portuários, área industrial e de ZPE, gerando desenvolvimento sustentável. A visão da Companhia é tornar-se um protagonista logístico mundial no processo de transição energética até 2028.

A CIPP S/A tem como principal missão atrair negócios provendo infraestrutura, serviços portuários, área industrial e ZPE, com a finalidade de gerar um desenvolvimento sustentável na região, com a finalidade principal de tornar-se o protagonista logístico mundial no processo de transição energética até 2028.

Foram realizados investimentos na retroárea e na infraestrutura *onshore* do Terminal que ocorreram e continuarão ocorrendo simultaneamente ao ritmo de ampliação da estrutura *offshore* e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade, dentre eles:

- Conclusão dos serviços de recuperação e proteção da infraestrutura e da superestrutura da ponte de acesso 1 (eixos 29 a 46) do Porto do Pecém;
- Execução dos serviços de recuperação e proteção da infraestrutura e da superestrutura da ponte de acesso 1 (eixos 47 a 63) do Porto do Pecém;
- Conclusão dos serviços de construção civil para do módulo i da obra de expansão do pátio de armazenagem do Porto do Pecém;
- Execução de projetos, estudos e assessoria técnica com consultoria especializada para demandas relacionadas ao planejamento de expansões e projetos estratégicos desenvolvidos no Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Conclusão dos estudos e projetos de corredores de utilidades para integração e operação da área de ZPE, Indústria e Porto;
- Conclusão dos estudos e projetos de ampliação do píer 2 para atendimento das operações de tancagem do hub H2V, refinaria e derivados gasosos;
- Execução de estudos e projetos de expansões portuárias visando atendimento de projetos estratégicos;
- Revisão de plano diretor da CIPP S/A com objetivo de atender as demandas de ocupações Industriais da área do Complexo;
- Conclusão dos serviços de construção civil das novas áreas para melhoria administrativa e operacional do Porto do Pecém.

O crescimento experimentado pelo Porto do Pecém em sua movimentação, a grande variedade de produtos, além da nova concepção empresarial da CIPP S/A, busca total integração entre as ações a serem desenvolvidas no Porto, na ZPE e na Área Industrial, e exigem da Companhia uma constante adequação operacional, comercial e de planejamento portuário.

O desenvolvimento econômico só se efetiva quando encontra as condições ideais de sustentabilidade, e uma forte infraestrutura e eficiente logística, que têm função primordial nesse cenário.

4. Atividades desenvolvidas em atendimento a Políticas Públicas:

Alinhado ao interesse público, a CIPP S/A desenvolve atividades que atendem às políticas públicas e ao seu objeto social, conforme artigo 2º da Lei Estadual nº 16.372, de 11 de outubro de 2017:

- Administrar, operar, explorar e desenvolver o Terminal Portuário do Pecém, a Zona Industrial adjacente e a Zona de Processamento de Exportação do Ceará que, conjuntamente, compõem o Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Arrendar, alienar ou ceder imóveis e equipamentos de apoio, observada a legislação pertinente, no que seja necessário para as atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Promover medidas de coordenação e de assistência administrativa e técnica às empresas constituídas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades do Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
- Oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará;
- Construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalações portuárias e destinadas ao apoio e suporte de transporte intermodal, localizadas no Estado do Ceará, bem como a prestação de serviços correlatos;
- Executar outras atividades afins.

A CIPP S/A é responsável pela gestão do Complexo do Pecém que possui: uma Área Industrial detentora de infraestrutura qualificada para receber a instalação de empresas com intuito de viabilizar a operação e atividades industriais e portuárias integradas, possibilitando o crescimento econômico e social da região e do Estado; Zona de Processamento de Exportação (ZPE) viabilizando a instalação de grandes empresas voltadas para exportação permitindo benefícios tributários e fiscais; e de um Terminal Portuário *offshore* com 10 berços disponíveis para operação de contêineres, carga soltas em geral (inclusive pás eólicas de até 80m de comprimento), graneis líquidos e sólidos.

As operações da CIPP S/A, desenvolvem-se através das seguintes atividades, não se limitando a:

- a. Atividade de Movimentação Operacional de Navios;
- b. Atividade de Armazenamento de Cargas;
- c. Atividade de Formação e Consolidação do Hub de Hidrogênio Verde.

No que tange à atividade de movimentação operacional, a Companhia dispõe atualmente de duas pontes de acesso que interligam o pátio de estocagem (*onshore*) aos dez berços de atracação (*offshore*) que são utilizados para a atracação de navios, tanto navios contêineres, navios de graneis sólidos (carvão mineral, minério de ferro, etc.), navios de granel líquido (gás natural liquefeito – GNL), quanto navios de carga geral solta (peças de grandes dimensões e peso elevado, como torres eólicas, bobinas de aço etc.).

a. Atividade de Movimentação Operacional de Navios:

A Operação de navios ocorre nos píeres 1, 2 e TMUT – Terminal de Múltiplo Uso.

No Píer 01: especializado na descarga de carvão e minério de ferro, a operação é realizada através de um descarregador contínuo de navios - CSU com tecnologia de parafuso-sem-fim para a descarga de carvão no berço 1, três guindastes do tipo MHC – guindaste móvel portuário com a utilização de *grabs* e moegas para a descarga de minério no berço 2.

A operação consiste na descarga de carvão ou minério de ferro diretamente do porão do navio para a respectiva correia transportadora.

O CSU – carvão tem um diferencial importante pois utiliza a tecnologia que evita o derramamento e a emissão de particulados no meio ambiente durante a descarga de navios. O CSU tem capacidade nominal de descarga de até 2.400 toneladas/hora.

No Píer 2, o encerramento da operação dos berços 3 e 4 ocorreu com o término do contrato com o cliente Petrobras em dezembro de 2023. Este píer passará por reformas para atender à movimentação de graneis líquidos (combustíveis claros), gás liquefeito de petróleo (GLP) e a movimentação de amônia verde. Adicionalmente, considerando estudos de segurança e compatibilidade de cargas, há a possibilidade de operar com movimentação de GNL.

No Terminal de Múltiplo Uso – TMUT são realizadas as operações com contêineres, nos berços 9 e 10, e graneis sólidos, placas siderúrgicas, demais produtos siderúrgicos, pás eólicas, granitos, cargas de projetos, graneis sólidos, e transbordo de graneis líquidos, nos berços 5, 6, 7 e 8. A operação dos navios de graneis sólidos (descarga de carvão e minério de ferro) é realizada preferencialmente no píer 1. No entanto, eventualmente são realizados também embarques ou desembarques de graneis sólidos como minério de ferro, carvão, coque, fertilizantes no TMUT.

O granel sólido que é descarregado através de *grab*, acoplado a um guindaste, que retira o granel do navio e deposita numa moega que dosa o material diretamente nos caminhões do tipo caçamba. O transporte dos graneis descarregados no Terminal de Múltiplo Uso é feito exclusivamente por caminhões. A operação de contêineres se dá através do içamento dos contêineres por meio de guindastes, do tipo STS (*ship-to-shore*). Os contêineres são retirados dos navios e posicionados nos veículos especiais que transportam as demais áreas do Terminal. A movimentação de contêineres ocorre no sentido de descarga ou embarque. Os contêineres são retirados ou entregues no Terminal através dos modais ferroviário (menos de 1%) e rodoviário (99%) através dos respectivos *gate* ferroviário e *gate* 1, destinados ao controle de entrada e saída do Terminal.

As operações de cargas não containerizadas, como as placas siderúrgicas, bobinas e outras mercadorias siderúrgicas, pás eólicas e cargas de projetos, são realizadas de acordo com o tipo da carga, respeitando suas especificidades e necessidades para realização do carregamento ou descarregamento em navio. As cargas não containerizadas são retiradas ou recebidas no Terminal por intermédio do Gate 2.

A Exportação de graneis sólidos, preferencialmente berços 5 e 6, consiste no embarque de graneis sólidos em navios com capacidade de até 140.000 t/ *deadweight* (*dwt* - capacidade em toneladas do navio) . O embarque é realizado por três MHC (*mobile harbour crane*) acoplados com um sistema de “tinas”. A carga é transportada da retroárea do porto até o TMUT através de veículos tipo caçamba. A carga é basculada diretamente na tina e na sequência, içadas para os porões do navio. No ano de 2023 foram movimentadas 371.504 toneladas de graneis sólidos (minério de manganês, fertilizantes, carvão e coque) via TMUT.

b. Atividade de Armazenamento de Cargas:

Esta atividade ocorre basicamente em dois locais específicos: ou no pátio, ou em armazéns cobertos.

Pátio: o pátio de armazenagem tem uma área de 45ha (já considerando a expansão, concluída em 2023) e comporta bobinas, chapas planas, rolos de fios máquina, vergalhões para a Usina Siderúrgica, cargas superdimensionadas (sob consulta) e cargas containerizadas. Possui capacidade estática de até 824 contêineres refrigerados mais 294 tomadas reefer no TMUT, e área especial para contêineres que transportem carga classe *International Maritime Organization* (IMO), exceto as classes 1, 6.2 e 7.

Armazéns: as duas unidades de armazéns, com áreas de 6.250m² e 10.000m² respectivamente, atendem a movimentação de mercadorias soltas que precisam ficar abrigadas do tempo, e as operações de ova e desova de contêineres. Em anexo ao Armazém 2, há 02 (duas) câmaras frigorificadas (animal e vegetal) para ova e desova de contêineres com 03 docas de operação.

c. Atividade de Formação e Consolidação do Hub de Hidrogênio Verde:

Lançado em fevereiro de 2021 pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a CIPP S/A, a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), o HUB de Hidrogênio Verde (H2V) tem como propósito transformar o território cearense em um importante produtor, consumidor e fornecedor global deste tipo de combustível. Essa iniciativa visa gerar empregos, renda e contribuir diretamente para a descarbonização do planeta, alinhando-se aos objetivos estabelecidos por diversos países do mundo até 2050. A ideia dessas nações é construir um mundo mais acessível, eficiente e sustentável, impulsionado por energias limpas como o H2V.

O Ceará possui um amplo potencial para a geração de energia renovável, o que é primordial para viabilizar o desenvolvimento de um mercado de Hidrogênio Verde. Levando em conta a capacidade instalada e o potencial já calculado de novas instalações de fontes renováveis (eólicas ou fotovoltaicas), além do grande tesouro do Estado, que é a combinação entre as fontes solar e eólica, num processo híbrido, há um ambiente muito favorável para este tipo de negócio.

Existe um grande potencial no Estado do Ceará, especificamente no Complexo do Pecém, para o desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição, armazenagem e transporte do hidrogênio verde. Fatores como uma infraestrutura portuária com novos berços de atracação em área de futura ampliação portuária, com capacidade e calado operacionais adequados às operações de H2V, uma rede elétrica robusta com infraestrutura de linhas de transmissão compatível com as demandas das usinas de eletrólise, uma ampla rede de distribuição de gás que conecta todo o Complexo, desde o Terminal Portuário (píer 2) até as áreas industriais, que pode ser utilizada para o transporte de H2V entre as áreas de produção e consumo industrial e um ecossistema totalmente favorável ao desenvolvimento dessa cadeia citada.

Além disso, o Complexo do Pecém tem, em sua ampla área industrial, a única Zona de Processamento de Exportação em operação no Brasil, a ZPE Ceará, sendo um poderoso diferencial competitivo para negócios voltados à exportação, tendo em vista os incentivos fiscais que a ZPE cearense oferece. Segue os diferenciais que o Complexo do Pecém possui:

- Proximidade aos mercados consumidores com sua localização geográfica ideal para produção desse vetor energético, conectada às principais rotas marítimas que ligam o Pecém à Europa e aos Estados Unidos;
- Áreas industriais e em terrenos de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), oferecendo benefícios tributários de ZPE e trazendo economia de 30% a 40% ao OPEX e CAPEX do investidor;
- Parceria com o Porto de Roterdã, que está se tornando o principal Hub de Hidrogênio na Europa;
- O Complexo do Pecém é um parque industrial instalado com empresas do mercado consumidor de hidrogênio: aço, fertilizantes, cimento, mineração e uma futura refinaria; e
- Integração das atividades industriais e portuárias e infraestrutura logística.

Os futuros investimentos em Hidrogênio Verde podem ajudar a gerar um maior desenvolvimento tecnológico, industrial e socioeconômico em toda a região Nordeste, em especial no Ceará, criando empregos qualificados e atraindo novas indústrias. Outro benefício seria a atração de companhias de energia renovável e empresas produtoras, de armazenamento e de transporte de hidrogênio, usando o “*know how*” e influência do Porto de Roterdã, gerando assim uma maior receita, o que elevaria o PIB do Estado e, no caso da exportação, traria impactos positivos para a balança comercial em nível estadual e nacional.

Além do potencial de exportação para o Porto de Roterdã, com destino a países europeus, existem também oportunidades de movimentação dessa fonte/vetor energético para países como China, Japão e Coreia do Sul, que também já definiram seus planos de descarbonização de sua matriz energética, com planos de importação de Hidrogênio Verde.

O hidrogênio verde tem o potencial de revolucionar o sistema de energia atual rumo a um caminho mais limpo, seguro e sustentável devido às suas características versáteis, desde a produção até a sua utilização. A transformação energética proposta mundialmente deve utilizar o H₂ como combustível substituto para seus equivalentes de combustível fóssil e pode, sim, apresentar uma solução viável para alcançar uma sociedade com baixa produção de carbono.

Adicionalmente, é relevante destacar que, até 2023, foram assinados 36 memorandos de entendimento e 5 pré-contratos, consolidando ainda mais o comprometimento com o desenvolvimento e a implementação do H₂V no Estado do Ceará.

5. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas:

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que reflete as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 165. É elaborado no primeiro ano de cada mandato, com a inclusão de todos os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuados no período. O PPA também serve de base para a elaboração dos orçamentos anuais.

O Plano de Negócios da CIPP S/A busca viabilizar o Programa “Infraestrutura e Logística”, parte do Tema Estratégico “Infraestrutura e Mobilidade”, com a ambição de tornar a Companhia protagonista nos cenários nacional e internacional. O PPA 2020-2023 manteve o Programa de Infraestrutura e Logística e instituiu o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com o objetivo de potencializar a utilização do Complexo de Desenvolvimento Industrial e Portuário do Pecém como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará.

6. Recursos para custeio das Políticas Públicas:

A operação vem sendo custeada pela geração de caixa operacional da CIPP S/A.

7. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas:

As Demonstrações Contábeis de 2023 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Foram auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e refletem os ativos, passivos, receitas e despesas da CIPP S/A.

Os indicadores estratégicos utilizados para a tomada de decisões, entre elas a de investimento para atendimento aos objetivos das políticas, tem seus desempenhos demonstrados nas Tabelas 2 e 3 a seguir:

| Indicador | Índice Observado |
|------------------------|------------------|
| ROE (Return On Equity) | 8,83% |
| Ebitda (R\$ Milhões) | 131,70 |
| Margem Líquida | 41,01% |
| Giro do Ativo | 0,20 |

Tabela 02 - Indicadores Estratégicos CIPP S/A

Obs.: Giro do Ativo de R\$ 0,20 indica quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total.

| Investimentos | 2023 (R\$ Mil) |
|---|----------------|
| Modernização de Máquinas e Equipamentos | 35,801 |
| Obras em Andamento | 23,229 |
| Obras de Ampliação | 3,19 |
| Total (*) | 62.277 MM |

Tabela 03 - Investimentos CIPP S/A em 2023

(*) Investimento que toma por base todos os registros contábeis realizados durante o exercício de 2023 com base nas notas fiscais emitidas, independentemente de o pagamento ter sido realizado. O recurso orçamentário para os Investimentos da Companhia são Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados, na nomenclatura do orçamento estadual).

8. Estruturas de Controles internos e Gerenciamento de riscos:

Com o avanço das exigências legais e a implementação de boas práticas na busca pelo aprimoramento contínuo das ações desempenhadas na CIPP S/A, a partir de uma remodelação com nova divisão de setores e atividades, em 2023 surge a Gerência de Risco e Conformidade, antigo Controle Interno.

A Gerência de Risco e Conformidade, busca fortalecer uma estrutura de defesa, controle e gerenciamento de riscos. O Regimento Interno da Companhia, vigente em 2023, descreve as competências da área de Risco e Conformidade.

DA GERÊNCIA DE RISCO E CONFORMIDADE

- Propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Comunicar à Diretoria Sênior a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;
- Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;
- Coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;
- Coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- Coordenar planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;
- Realizar o mapeamento dos processos da Companhia em conformidade com a cadeia de valor, identificando as necessidades de controles;
- Elaborar relatórios de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Sênior;
- Disseminar a importância da Integridade e da Gestão de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos;
- Recomendar ações preventivas para minimizar riscos legais, financeiros, operacionais e estratégicos;
- Encaminhar informações permanentes à Diretoria Sênior sobre todas as áreas sob controle;
- Reportar diretamente ao Conselho de Administração, situações em que se suspeite o envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades, ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

9. Gestão de Riscos:

Como elementos necessários à sustentabilidade institucional da empresa, são identificadas as legislações aduaneiras veiculando diretrizes que integram a base regulatória da CIPP S/A e as peças geradas internamente que norteiam a ação estratégica dos agentes de gestão (Plano de Negócios, Matriz de Risco, Código de Ética, Código de Conduta e Integridade e Documentos Normativos).

A CIPP S/A conta com a Matriz de Riscos onde estão consolidados os riscos estratégicos oriundos do desdobramento do Plano de Negócios, com os fatores relacionados a cada risco, probabilidade e impacto.

A Gestão de Riscos na CIPP S/A é fundamental para identificar e mitigar possíveis obstáculos aos seus objetivos. Ela segue diretrizes específicas, como a Norma de Gestão de Riscos, para identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar esses riscos. Isso facilita a tomada de decisões estratégicas em conformidade com leis e melhores práticas, como definidas no Guia PMBOK, decretos federais e estaduais e legislação pertinente.

Essa Gestão precisa seguir certos princípios, como alinhar-se com o plano estratégico da instituição, integrar-se ao sistema de governança e aos processos organizacionais, auxiliar nas tomadas de decisão, garantir uma comunicação clara e objetiva, assegurar a confiabilidade das informações e promover transparência e fortalecimento da imagem da instituição.

A gerência de risco identificou, principalmente, os seguintes tipos de riscos que foram acompanhados ao longo de 2023: Riscos Estratégicos, Operacionais, Financeiros, Regulatórios/Conformidade e Cibernéticos, abaixo definidos:

- **Riscos Estratégicos:**

São aqueles relacionados à capacidade da organização alcançar seus objetivos de longo prazo, como mudanças no mercado, concorrência, inovações tecnológicas, entre outros.

- **Riscos Operacionais:**

Refere-se aos riscos associados às operações diárias da organização, incluindo falhas de processos, erros humanos, falhas de tecnologia, desastres naturais, entre outros eventos que podem impactar a eficiência e a continuidade dos negócios.

- **Riscos Financeiros:**

São os riscos relacionados às finanças da empresa, como flutuações cambiais, variações nas taxas de juros, falhas em investimentos, problemas de liquidez, entre outros fatores que podem afetar a saúde financeira da organização.

- **Riscos Regulatórios/Conformidade:**

Refere-se aos riscos associados ao não cumprimento das leis, regulamentações e padrões éticos aplicáveis ao setor em que a empresa opera. Isso inclui multas, penalidades legais, danos à reputação e perda de licenças comerciais devido a violações de conformidade.

- **Riscos Cibernéticos:**

São os riscos relacionados à segurança cibernética, incluindo ataques de hackers, violações de dados, roubo de informações confidenciais, interrupções de sistemas de tecnologia da informação, entre outros incidentes que podem comprometer a segurança dos dados e a operação dos sistemas de TI da organização.

10. Políticas e práticas de Governança Corporativa:

O Núcleo de Governança Corporativa da CIPP S/A é constituído por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade, Área de verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos e Auditoria Interna.

As atribuições de cada colegiado estão definidas no Estatuto Social da Companhia, nos respectivos Regimentos Internos, nas Políticas e demais normativos internos da Companhia.

Segue abaixo os instrumentos que fornecem as diretrizes da Governança:

- Estatuto da Companhia;
- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Regimento Interno da Companhia;
- Regimento Interno Comitê de Auditoria Estatutário;
- Regimento Interno Comitê de Elegibilidade;
- Códigos de Ética e de Conduta;
- Plano de Negócios;
- Norma e Política da Gestão de Riscos;
- Políticas de Transação com Partes Relacionadas;
- Política de Porta-Vozes;
- Política de Segurança da Informação;
- Política da Distribuição de Dividendos.

Além disso, visando as boas práticas de mercado e a conformidade normativa, também foram editadas novas normas internas, as quais são disponibilizadas a todos os colaboradores da Companhia.

Transparência

Para promover a transparência ativa na sua atuação, a Companhia continuou a executar ações de melhoria com intuito de facilitar o acesso aos dados gerados, e contamos com as abas de acesso à informação em seu portal institucional (www.complexodopecem.com.br). A ação segue tendências de modernização da comunicação digital, apresentando um layout limpo e intuitivo na distribuição de conteúdo.

Ouvidoria

Em 2023, a Ouvidoria da CIPP S/A transcendeu sua natureza de função para se tornar um cargo oficial dentro do organograma da empresa. Essa mudança possibilitou uma atuação mais efetiva na Companhia, fortalecendo a imagem da Ouvidoria perante nossos clientes internos e externos, e reconhecendo a importância de sua atuação estratégica no fomento ao controle social.

Considerando uma análise quantitativa, a Ouvidoria da CIPP S/A apresentou, no ano de 2023, uma redução de aproximadamente 16,1% no número de manifestações em comparação com 2022, totalizando 105 manifestações no período. Destaca-se que, apesar dessa redução mínima, a Ouvidoria da Companhia vem ganhando respeito, confiança e credibilidade junto aos clientes internos e externos, demonstrando a valorização e o reconhecimento dos serviços prestados pela Ouvidoria aos cidadãos.

Em relação à resolutividade das manifestações, destaca-se o alcance do percentual de 100% de respostas às demandas dos cidadãos, cumprindo o prazo instituído pelo Decreto nº. 33.485/2020 em todas as manifestações. Todas as manifestações registradas foram devidamente respondidas em até 20 dias, sem nenhuma prorrogação de prazo, superando a meta institucional de 94%.

A Ouvidoria tem fortalecido-se e conquistado diariamente a confiança, o prestígio e a credibilidade junto ao público interno e externo da empresa. Por meio das ações e projetos elaborados, está conseguindo oferecer uma perspectiva diferenciada sobre os benefícios que a Ouvidoria pode trazer para a Companhia, sendo um aliado na melhoria da prestação de serviços públicos.

O tempo médio de resposta foi de 7,5 dias, dentro da meta institucional (inferior a 10 dias), mantendo-se em patamar semelhante ao do ano anterior. Isso demonstra o comprometimento da Ouvidoria em fornecer respostas pontuais aos cidadãos, visando demonstrar a valorização e o respeito no atendimento das demandas. Destaca-se que, apesar do objetivo de redução no tempo de resposta, a Ouvidoria sempre priorizou a qualidade da resposta e o atendimento às solicitações dos cidadãos.

Considerando o contexto de maximização da utilização do referido aplicativo para solicitações de serviços e reivindicações junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como de Empresas e Organizações Privadas, além de ser uma ferramenta de fácil acesso ao usuário do Complexo do Pecém, a Ouvidoria institucionalizou o canal “WhatsApp” a fim de ampliar e melhorar continuamente a comunicação com os cidadãos, tornando-se uma ferramenta facilitadora no acesso à Ouvidoria.

Vale ressaltar que o tratamento interno continua via sistema de Ouvidoria (Ceará Transparente). O canal “WhatsApp” proporciona apenas maior celeridade no tratamento das manifestações e respostas, contribuindo para a melhoria na prestação de serviços públicos e o aprimoramento do controle social. A adesão à Rede Nacional de Ouvidorias objetiva maximizar a interação e atuação da Ouvidoria do Complexo com outras instituições em nível nacional, especialmente aumentando o intercâmbio junto a outros Portos brasileiros. A adesão possibilita ainda o intercâmbio de informações e procedimentos para a defesa do usuário de serviços públicos, a disseminação de conhecimentos e boas práticas relacionadas às ações de ouvidoria, e a melhoria da gestão por meio do fomento à participação e ao controle social.

Auditoria

No âmbito do Plano de Auditoria Interna - PAINT 2023, foram programadas nove auditorias, todas concluídas e entregues até 31/12/2023. Abaixo estão listadas as nove auditorias realizadas:

- I.** Relatório de Auditoria 001/2023: Não conformidade de credenciamentos e autorizações;
- II.** Relatório de Auditoria 002/2023: Notificações, multas e interdições;
- III.** Relatório de Auditoria 003/2023: Ataques cibernéticos;
- IV.** Relatório de Auditoria 004/2023: Falta de licenciamento de softwares;
- V.** Relatório de Auditoria 005/2023: Ausência de mecanismos de aferição de quantidade/faturamento;
- VI.** Relatório de Auditoria 006/2023: Uso indevido de veículos, abastecimento e manutenção;
- VII.** Relatório de Auditoria 007/2023: Acidentes;
- VIII.** Relatório de Auditoria 008/2023: Ausência de normativos ou desatualizações;
- IX.** Relatório de Auditoria 009/2023: Inconsistências no processo de avaliação do Plano de Carreira.

Não houve registro de auditorias especiais em 2023 no Relatório de Auditoria Interna - PAINT. No decorrer de 2023, a Auditoria Interna alcançou os seguintes indicadores de metas: 100% de execução do PAINT e 90% da meta de horas de capacitação. As auditorias planejadas

e os trabalhos extraordinários executados pela Auditoria Interna em 2023, resultaram em 70 constatações e 99 recomendações/sugestões.

Durante o ano de 2023, a área de Auditoria Interna continuou utilizando o sistema de pontuação Gravidade, Urgência e Tendência - GUT para os itens de follow-up de auditoria, proporcionando uma melhor visão sobre a gravidade, urgência e tendência. Além disso, houve a revisão do Regimento Interno de Auditoria.

No segundo semestre de 2023, a Auditoria Interna iniciou as adequações base para a futura avaliação e adequação ao modelo IA-CM, com o objetivo de atingir o Nível 3 até o ano de 2028. Entre as ações de adequação, destacam-se a revisão de todos os fluxogramas, a elaboração da revisão do Regimento de Auditoria e a criação de documentos e formulários do padrão Modelo de Capacidade de Auditoria Interna - IA-CM. A Auditoria Interna também atuou em consultoria para a revisão do Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade.

11. Ações de Sustentabilidade Social e Ambiental:

A CIPP S/A realiza em parceria com a ZPE nas atividades socioambientais desenvolvidas no Programa de Educação Ambiental (PEA) do Terminal Portuário do Pecém, como parte do Plano Básico Ambiental Integrado do Terminal Portuário do Pecém (PBA).

Tendo como foco as comunidades pesqueiras localizadas nos distritos de Pecém e Taíba no município de São Gonçalo do Amarante/CE e de Cumbuco no município de Caucaia/CE, o PEA atende as Colônias de Pescadores e Marisqueiras, além de Escolas, Associações e a comunidade da região, desenvolvendo atividades com foco em educação ambiental, valorização cultural, saúde do pescador e geração de renda, tendo por linhas de atuação os seguintes temas:

- Governança e Fortalecimento Institucional das Organizações de Classe da Atividade da Pesca;
- Educomunicação Ambiental e Valorização da Cultura e Artes da Pesca
- Educação Sexual e Prevenção à Drogadição e violência infantil
- Projeto Saúde do Pescador
- Subprograma de Compensação da Atividade de Pesca – PCAP
- Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores da Operação – PEAT

No eixo de Governança e Fortalecimento Institucional das Organizações de Classe da Atividade da Pesca para além da criação e manutenção de um Comitê de Governança durante o ano de 2023, ocorreram reuniões de acompanhamento do Comitê e das Colônias de Pescadores para o fortalecimento institucional do programa. Também foram realizadas atividades nas Colônias de Pescadores do Pecém e Taíba como curso de informática, aulas de idiomas e reforço escolar, além de rodas de conversas com os jovens familiares dos pescadores e marisqueiras, palestras e aula de ritmos (Colônia do Pecém).

Relativo à linha de atuação de Educomunicação Ambiental e Valorização da Cultura e Artes da Pesca, foram desenvolvidas ações educativas associadas à realidade do empreendimento, formuladas através de processos participativos, que visam capacitar e habilitar setores sociais, com ênfase nas regiões mais afetadas pela operação do Porto, atuando na melhoria da qualidade ambiental e de vida da população lindeira. Neste ciclo foram realizadas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e manutenção de Hortas escolares;
- Oficinas de vivência em educação ambiental nas Hortas escolares e aulas de reforço escolar

para alunos do 6º ao 9º anos, ambos desenvolvidos em Escolas Municipais dos distritos de Pecém, Taíba e Cumbuco;

- Apoio aos grupos de dança do coco de Pecém e Taíba;
- Projeto de Estudos Comunitários em Audiovisual – PESCA (curso de fotografia e mídias sociais), formando 15 alunos das áreas de influência do TPP;
- Aulas de inglês nas comunidades e Colônias de Pecém e Taíba;
- Apoio a Regatas da Colônia de Pescadores do Pecém e Cumbuco;
- Palestras e vivências em Educação Ambiental nas Escolas e nas Colônias de pescadores;
- Visitas a instituições de esportes e Parque Botânico de São Gonçalo do Amarante – CE;
- Promoção de oficinas de desenho e produção textual nas escolas da região;
- Curso de Marisqueiras para a comunidade do Pecém, com a formação de 27 mulheres;

Com relação a linha de atuação de Educação Sexual e Prevenção à Drogadição e violência infantil, foram desenvolvidas ações de inclusão social com atividades que contemplaram palestras, oficinas, ações de cidadania e incentivo a práticas esportivas (Projeto Cumbuco Bom de Bola e Juvenil Kite) com crianças e adolescentes do Distrito de Cumbuco, além de ações de limpeza de praias (Cumbuco e Taíba). Em palestra realizada na Escola Alba Herculano (Taíba) o tema envolveu o *cyberbullying*, com foco na prevenção da prática do *bullying* por meio das redes sociais.

A edição de 2023 do Projeto Saúde do Pescador ocorreu em novembro nas comunidades do Cumbuco, Pecém e Taíba, e contou com ações voltadas para fisioterapia e educação física, onde os pescadores receberam orientações de profissionais da saúde qualificados dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante para a execução correta das atividades que fazem parte do cotidiano da pesca artesanal. Os participantes também receberam faixas elásticas para auxiliar na realização dos exercícios e uma cartilha com dicas de exercícios específicos para este público.

O Subprograma de Compensação da Atividade de Pesca – PCAP objetivou a mitigação e compensação dos impactos das obras de ampliação e de Operação do Terminal Portuário do Pecém, por meio de intervenções que atuem no sentido de fortalecer a atividade pesqueira e compensar os impactos das atividades portuárias. Uma das ações do PCAP é fornecer insumos para a realização das regatas promovidas pelas Colônias de Pescadores Z-06 e Z-07. Durante o mês de novembro foram adquiridos 1.800 metros de tecido do tipo *Oxford* branco, repassados para os presidentes das colônias para confecção das velas que serão produzidas e utilizadas pelos jangadeiros nas Regatas que aconteceram em dezembro e janeiro nas localidades de Pecém e Cumbuco, respectivamente. Além disso, foram adquiridos mais de 400 tipos de panagens (redes de pesca), distribuídas entre as 3 (três) Colônias de Pescadores.

Por fim, o Subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores da Operação – PEAT ocorreu pela necessidade de conscientização dos trabalhadores quanto à importância da manutenção da qualidade ambiental, valores sociais locais e impactos gerados pelo empreendimento às comunidades locais. Neste sentido, foram realizadas ações de divulgação utilizando materiais de sensibilização e informativos com temas voltadas à preservação ambiental, fortalecendo os temas de segurança e de meio ambiente como críticos e necessários para prevenção, controle e mitigação dos impactos adversos das atividades de rotina das operações, reforçados ainda pelos treinamentos e diálogos diários de segurança, saúde e meio ambiente (DDSMA), direcionados aos colaboradores das empresas terceirizadas.

12. Remuneração da administração e dos membros colegiados:

A prática de remuneração de membros estatutários da CIPP S/A tem como base normativa o Decreto Estadual nº 32.141, de 27 de janeiro de 2017, reajustada através da Lei Estadual nº 16.205, de 17 de março de 2017.

A remuneração média mensal mínima e máxima dos Conselhos de Administração e Fiscal em 2023 está demonstrada na tabela a seguir:

| Conselho de Administração – 06 membros | |
|--|----------------------|
| Mínimo: * R\$ 0,00 | Máximo: R\$ 4.674,04 |
| Conselho Fiscal – 05 membros | |
| Mínimo: R\$ 4.674,04 | Máximo: R\$ 4.674,04 |
| Comitê de Auditoria Estatutário – 03 membros | |
| Mínimo: R\$ 4.674,04 | Máximo: R\$ 4.674,04 |

Tabela 04 - Remuneração média mensal mínima e máxima dos Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 2023

(*) Na gratificação do Conselho de Administração, o mínimo é zero, devido aos Conselheiros do Porto de Roterdã que não recebem essa gratificação.

(*) Na 230ª Reunião do colegiado, realizada em 12 de dezembro de 2023, os Conselheiros de Administração indicados pelo acionista Porto de Roterdã autorizaram que os valores devidos a eles, em razão dos cargos ocupados no Conselho de Administração, sejam direcionados a projetos de responsabilidade social para a população local do Pecém.

A remuneração total da Diretoria Estatutária em 2023 consta na tabela a seguir:

| DIRETORIA ESTATUTÁRIA | |
|---|------------------|
| Remuneração dos Membros (valores em R\$) | Exercício 2023 |
| Número de Membros: | 08 |
| I - Remuneração Fixa (a+b+c+d) | R\$ 3.908.570,8 |
| a) salário ou gratificação | R\$ 2.458.657,10 |
| b) benefícios diretos e indiretos | R\$ 564.137,72 |
| c) remuneração por participação em comissões internas ou comitês | R\$ 0,00 |
| d) outros (periculosidade + férias + rescisão) | R\$ 885.775,98 |
| II - Remuneração Variável (e+f+g+h+i) | R\$ 717.462,32 |
| e) bônus | R\$ 717.462,32 |
| f) participação nos resultados | R\$ 0,00 |
| g) remuneração por participação em reuniões | R\$ 0,00 |
| h) comissões | R\$ 0,00 |
| i) outros | R\$ 0,00 |
| III - Total da Remuneração (I + II) | R\$ 4.626.033,12 |
| IV - Benefícios pós-emprego | R\$ 0,00 |
| V - Benefícios motivados pela cessão do exercício do cargo | R\$ 0,00 |
| VI - Remuneração baseada em ações | R\$ 0,00 |

Tabela 05 - Remuneração total da Diretoria Estatutária em 2023

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O Conselho de Administração da CIPP S/A declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício 2023 em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei 13.303, de 30/06/2016.

São Gonçalo do Amarante, 22 de março de 2024.

Documento aprovado na ____ a. Reunião do Conselho de Administração da CIPP, aos ____ de abril de 2024

